

POSIÇÃO DA MURALHA PLANO DE GESTÃO DO CENTRO HISTÓRICO E ZONA DE COUROS

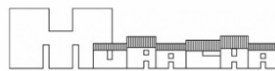
Se há património verdadeiramente em risco atualmente em Guimarães é, sem dúvida, o Património Industrial. Se há património que tendem a perder a vitalidade esse é, estamos em crer, um património vivencial e de contexto. E é nestas duas preocupações gerais em que centraremos a nossa proposta.

Todos os dias se perdem não apenas relevantes edifícios de indústrias desativadas para a ruína, ou para empreendimentos imobiliários, mas também documentação sobre a história dessas indústrias, perdem-se máquinas com importante valor histórico e perdem-se memórias.

Virar o foco também agora para a Zona de Couros pode constituir a possibilidade última de salvarmos o que ainda é salvável. Este Plano afirma *o incipiente reconhecimento da importância do património industrial* e, achamos, deve ele assim também conter essa preocupação, plasmando-a de forma inequívoca nas suas Ações, Especificações e Metas, tendo a capacidade de monitorizar, de dirigir e corrigir esse esforço.

A Muralha entende ser importante:

1. Conhecer o património industrial, onde se localiza, e qual o grau de perigo que enfrenta. Estabelecer, com base nesse estudo e conhecimento, um necessário e urgente **PLANO DE SALVAGUARDA E PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL**. Entendemos que o programa *Herditas* é um instrumento fundamental para esse desígnio e que, numa fase posterior à “velocidade de cruzeiro” que atualmente tomou, deverá desagregar um dos seus inventários (o Património Construído) também em Património Industrial, dando-lhe assim a importância e o foco que este património merece. Por outro lado, e com base nas informações do *Herditas*, confiar à Casa de Sarmento a ingente tarefa de recolher e estudar a informação escrita das empresas que desapareceram ou sobre outras que, mesmo não tendo desaparecido, não têm condições ou sensibilidade para a preservar e estudar, e ao Arquivo Municipal Alfredo Pimenta a tarefa complementar de conservar esse espólio. Caberia eventualmente ainda, do nosso ponto de vista, à Casa da Memória, a tarefa de registar a memória das pessoas recolhendo, muitas vezes, material que foi produzido mas que se encontra disperso, e quantas vezes atomizado como aconteceu com muito do importante trabalho que se fez na CEC a este propósito. Entendemos assim, numa primeira fase, ser de primordial importância identificar, estudar e documentar todas aquelas indústrias com valor histórico no nosso concelho. Entendemos ainda que face a esse levantamento se deveria criar uma hierarquização dessas indústrias (em laboração ou já ao abandono) para condicionar, de forma harmoniosa, que qualquer intervenção urbana as proteja, criando incentivos próprios para a sua preservação, não só dentro do perímetro do Bem que agora se quer classificar, mas igualmente fora dele. Entendemos que o património classificado não deve ser uma ilha, mas um polvo que estende os seus tentáculos ao restante património, nem que esse património se encontre em zonas menos nobres e protegidas.
2. O Plano de Salvaguarda deverá conter os **CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL EDIFICADO**, no espaço público e privado, que tendam a salvaguardar esse património.



Como cidadãos ficamos espantados e tristes quando vemos desaparecer património industrial que, do nosso ponto de vista, poderia perfeitamente ser compatibilizado com os investimentos em curso. Não podemos deixar de ficar magoados com o desaparecimento da Fábrica do Minhoto que, do nosso ponto de vista, poderia ser uma mais valia para o empreendimento em curso. Com o desaparecimento de chaminés industriais que têm, cada uma delas, uma preciosa história de tecnologia e saber e constituem notáveis obras da engenharia e do génio humano. Ficámos, igualmente, desolados com a intervenção na Garagem Avenida, ligada a Domingos Alves Machado, que perdeu a sua beleza e a dimensão das suas janelas, que se replicavam na Avenida e nas suas traseiras, e já não garantem, do nosso ponto de vista, os enfiamentos e referências paisagísticas que este Plano, e bem, frequentemente refere, comprometendo em definitivo a integridade arquitetónica do edifício.

Como cidadãos ficamos espantados e tristes quando vemos desaparecer património industrial que, do nosso ponto de vista, poderia valorizar a modernização em curso. A existência de **Critérios específicos para intervenção no Património Industrial**, fazendo naturalmente parte do Plano de Salvaguarda, são fundamentais para que haja uma estratégia clara de proteção do património industrial. Mas é preciso estar atento, em particular no que respeita ao Património Industrial, e, sobretudo, dar o exemplo. Não pode a CMG exigir aos particulares determinadas regras e, quando se trata de obra sua, reger-se por outras. Estão aqui em conflito, neste paradoxo, não apenas critérios de justiça, mas, igualmente, critérios de pedagogia.

3. O **CONTEXTO** do Património Classificado é muito importante para o diferenciar e o valorizar. Seja o contexto criado pelas pessoas que o habitam, ou o contexto das indústrias que nele se desenvolveram. Dediquemos, por agora, atenção a este último aspeto. O Plano de Gestão deve dar toda a atenção àquelas que são as nossas indústrias fundamentais e o **CONTEXTO** em que aquelas se criaram e laboraram. A área que se pretende agora classificar, a Zona de Couros, entrou em crise há mais de cento e cinquenta anos, fruto, fundamentalmente, do atraso com que o comboio chegou a Guimarães. Os curtumes hoje, na cidade, desapareceram. O que sobra tem de ter contexto e procurar contexto e não servir apenas de um cenário mais ou menos interessante para a arte da fotografia, ou da *vernissage* de ocasião. Sem contexto não há alma, e foi precisamente a alma (das pessoas e das casas) que permitiu a classificação do Centro Histórico de Guimarães e que presidiu ao PGU de 1982. A indústria de curtumes perdeu, rapidamente, em Guimarães, no século XX, os seus processos primordiais de Ribeira e Curtimenta, processos duríssimos pela disponibilidade física que exigiam aos seus operários, concentrando-se em processos de recurtume (nomeadamente o tingimento) e acabamentos. No entanto, todos esses processos ainda deixaram no terreno as suas marcas. Qualquer cidadão, sem particular conhecimento, pode entender os tanques de Curtimenta como potenciais floreiras ou os folões dos curtumes como bizarras e gigantes pipas. O que era uma pena que assim acontecesse por preguiça nossa. Há, assim, a necessidade de contextualizar através, nomeadamente, do texto e da imagem esses mesmos objetos e construções industriais, gerando um potencial de aprendizagem e conhecimento para a nossa comunidade e para quem nos visita. A indústria têxtil vimaranense despontou em final do séc.XIX, baseando-se, frequentemente, nas notícias que nos chegavam de outras terras distantes, como Manchester. Nascidas na cidade, ou perto da cidade, essas indústrias rapidamente se fixaram em zonas geográficas



com maior disponibilidade hídrica criando comunidades laboriosas como, por exemplo, Pevidém ou o eixo Moreira/Lordelo. A indústria têxtil é atualmente a memória mais viva da nossa força industrial, que tende a perder-se dada a reconfiguração do comércio mundial nas últimas décadas, às mudanças ambientais, tecnológicas e laborais entretanto verificadas. A Fábrica do Arquinho, por exemplo, ficará na Zona Tampão proposta e, segundo as notícias, a histórica empresa têxtil irá acolher, eventualmente, a Escola de Engenharia Aeroespacial, seguindo os objetivos e estratégias de uma boa ideia como o CampUrbis é. A relação entre a cidade e a sua Universidade quer-se, objetivamente, muito para além das formalidades, quer-se interventiva e permeável em ambas as direções. No entanto perguntamos se não haverá, ou deverá haver, da parte da Universidade do Minho a responsabilidade de, como contrapartida do espaço a ocupar, encarar também ela o desafio de dar **CONTEXTO** aos lugares que ocupa. Têm os meios e as competências para isso. Ficaríamos, naturalmente, extraordinariamente desiludidos se a Universidade se contentasse apenas em aproveitar o Cenário, sem cuidar do Contexto, sem criar o conhecimento que é, como sabemos, o seu principal bem e a contrapartida que todos esperamos obter.

4. O Plano refere, e muito bem, que o que se pretende classificar é uma cidade e não um núcleo musealizado. Ora seria importante aproveitar essa vertente estratégica para a **PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA DO CONCELHO DE GUIMARÃES**, tornando-a parte integrante e necessária da zona classificada e a classificar, combatendo a sectorização da cidade. Entender a tercearização como a solução de todos os males, é, naturalmente, um erro, ainda para mais numa comunidade que, como a nossa, acumulou muito e importante conhecimento ao nível das suas indústrias de referência, como a indústria têxtil. Não podemos contar, infelizmente, com uma estratégia nacional clara e afirmativa, nem com os humores da União Europeia, que sob a indefinição e medo que a recente pandemia causou e que levou influentes vozes a defender a reindustrialização da Europa, mas que normalizadas as coisas rapidamente se esquece dos problemas postos então a nu. Todos nos apercebemos das situações limite destapadas com a pandemia, do efeito nefasto das deslocalizações cujo único critério sempre foi o económico e não o político, e nunca um critério de proximidade e da nossa capacidade comum para darmos resposta a muitas das nossas próprias necessidades. É importante que, a nível local, usemos reafirmar com passos e ações concretas esse mesmo objetivo. Entende-se assim que as indústrias devem ser um parceiro fundamental de uma nova estratégia, não como meros figurantes, mas como atores de corpo inteiro. Provavelmente, hoje em dia, já não farão sentido as grandes exposições industriais que Guimarães promoveu em 1884, com o entusiasmo da Sociedade Martins Sarmiento, ou, posteriormente, em 1923; mas fará porventura todo o sentido que na zona classificada e/ou a classificar, existam locais, públicos e privados, que possam servir de uma mostra atualizada e renovável do que melhor aqui se produz, dando vida, propósito e contexto à vivência no Centro Histórico e na zona classificada e a classificar. Locais que mostrando o que fazemos atualmente, promovam igualmente a história da nossa indústria, que confirmem às empresas, que poderão usufruir desses espaços, a responsabilidade de coligir e mostrar a informação sobre a sua história industrial, mas, igualmente, que saibam acolher máquinas e instrumentos, que os recuperem, quando atualmente, dia a dia, aqueles se perdem por ignorância, incúria e desleixo. E mesmo até acolher pequenas indústrias que mantenham o Classificado como um organismo vivo e ativo.



À imagem do CampUrbis é necessário promover e dar corpo a um verdadeiro programa IndustriUrbis, permeabilizando também a cidade com a sua capacidade produtiva, histórica ou atual.

Neste ponto é necessário dar relevo à Escola Francisco de Holanda, antiga Escola Comercial e Industrial de Guimarães, que dentro das suas paredes e do seu precioso Arquivo, encerra muita da história do sucesso da industrialização vimaranense de grande parte do século XX. A promoção de espaços, públicos e privados, que aporrem o que de melhor se fez e se faz na nossa indústria concelhia, que sirva de modelo para o futuro e montra para o presente, é, estamos em crer, a melhor forma de fazer com que a joia de cidade que herdamos tenha reflexos no presente, no labor atual e na história das várias comunidades que o concelho em si contém, chamando-as ao centro que se quer requalificar. O Classificado como forma de abraçar e valorizar o concelho e não apenas a cidade.

5. É importante que este Plano trace, igualmente, políticas concretas para a **PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO VIVENCIAL** de Guimarães. Consideramos, ao par da preservação do Património Industrial, da máxima urgência considerar e afirmar Políticas para a Fixação e Atração de Habitantes, em particular dos jovens, que prossigam aquele que foi, desde sempre, o sucesso do nosso Centro Histórico: a importância das pessoas que nele habitam, que sempre guiaram as preocupações do Arquiteto Fernando Távora, o que, achamos, foi decisivo para a classificação do Centro Histórico.

Além dos atuais mecanismos de incentivos financeiros e fiscais existentes é, pensamos, necessário criar verdadeiros incentivos de apoio municipal ao arrendamento que faça da Zona Classificada e a Classificar uma possibilidade atrativa e exequível para jovens casais. E as receitas do IMI que a CM recebe são, sem dúvida, um precioso instrumento financeiro que pode, assim, ser aplicado na preservação de vida no Centro Histórico, para a promoção da vivência dos vimaranenses na área classificada. Retomamos aqui uma ideia, saída da sessão no Cineclube de Guimarães, e que aponta para não se olhar apenas para os proprietários, para o apoio que se lhes dá, mas, sem os esquecer, virar o foco também para quem habita nas casas, para quem assume a vivência no centro da cidade apesar dos constrangimentos, nomeadamente ao nível do estacionamento e do trânsito. A pandemia trouxe para a ordem do dia, nomeadamente em grandes municípios com uma enorme oferta de alojamento local, essa possibilidade. Penso que, no nosso caso, se deveria pensar seriamente na possibilidade de apoiar agregados familiares a viver na cidade e que não possuam condições para aceder ao mercado de arrendamento, mas tenham o necessário potencial para o encher de vida. Aliás muitas das casas recuperadas que hoje, fruto da pandemia, se encontram arrendadas, certamente virarão a agulha para o alojamento local caso o Turismo retome a fase de expansão que se verificou, em Portugal e em Guimarães, antes da pandemia.

O centro da cidade tem ainda de dar resposta às necessidades e constrangimentos dos dias de hoje, sacrificando muitas vezes o cénico ao funcional. A requalificação da Rua D. João I irá sacrificar o estacionamento de proximidade, em prol de uma estrutura cénica “agradável” mas que irá agravar a desertificação daquela importante rua. Vemos em muitas cidades europeias (e Itália é um grande exemplo!) a liberdade que os moradores têm para circularem os seus veículos pelas zonas históricas e classificadas, e em nelas estacionarem. É bonito? Não é bonito, mas é funcional. Só quem nunca teve filhos, ou quem nunca carregou compras, quem nunca teve dificuldade em trazer a casa pessoas de idade, é que entende por estratégico reduzir drasticamente o estacionamento de proximidade. A criação de pequenas bolsas de estacionamento, apesar de múltiplas e nunca impermeabilizando solos, é, do nosso



ponto de vista, uma estratégia a adoptar. Criar condições para que o automóvel possa ficar perto- e queremos dizer mesmo “perto”- da residência das pessoas é um incentivo à fixação e recuperação da nossa cidade. É o caminho para Conservar o património edificado, mas, sobretudo, o património vivencial que lhe dá sentido.

Agradecemos uma vez mais o convite que nos fizeram. Deixamos de fora, para já, mas certamente poderão vir à baila durante a discussão, outras questões mais localizadas como a importância da recuperação do Convento das Dominicás ou a funcionalidade da Torre da Alfândega, sobre os quais partilhamos as nossas preocupações com a CM em momentos passados, pois quisemos nesta intervenção destacar o património industrial, os contextos e as vivências. Ou mesmo até, já que fará parte da área a classificar, o magnífico relógio-carrilhão da Basílica de S. Pedro, de 1938, desativado em 2002.

A Muralha entende que a lógica do contributo é importante e a discordância não deverá ser tomada, de um lado ou de outro, como uma lógica de barricada. Entendemos a comunidade assim.

Conservar o Património Industrial, contextualiza-lo, envolver as indústrias e as memórias, as técnicas e vivências que deram forma à nossa história industrial, é para nós muito importante. Mas, sobretudo, é importante conservar e promover a vivência da cidade e, ligada a ela, a vivência do concelho.

A Muralha tem, como outras instituições e muitos dos vimaranenses, a disponibilidade e a vontade de ajudar nesta tarefa.